



A ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

**Belo Horizonte
2011**

ANETE CRISTINA DE PAULA

**A ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DE
UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^a Eliandra da Costa Mendes

**Belo Horizonte
2011**

ANETE CRISTINA DE PAULA

**A ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DE
UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Profª Eliandra da Costa Mendes (Orientadora)

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Júnior - UFMG

Belo Horizonte, 26 janeiro de 2011

RESUMO

É necessário que o tempo escolar seja flexível para atender as necessidades educacionais, propiciando a formação integral do educando. Para tal é preciso que todas as práticas escolares contribuam com essa formação e que o fazer pedagógico seja um forte aliado para vencer este desafio. Uma proposta educacional contextualizada precisa formar cidadão que saibam conviver, compartilhar, cooperar e que tenha desenvolvido um conjunto de conhecimentos e habilidades necessárias para a sua atuação na sociedade. Dentro desta perspectiva, este trabalho propõe uma análise sobre a organização do tempo escolar apresentada no PPP da Escola Municipal Doutor Mário Batista do Nascimento, observando se esta organização está centrada na formação humana do educando ou apenas camufla a intenção de distribuir os conhecimentos de modo sequencial e hierarquizado. Buscou-se também, perceber qual o papel do gestor no processo de organização, elaboração e implementação do PPP na escola.

Palavras-chave: Educação. Tempo escolar. Gestão democrática.

ABSTRACT

It is necessary that school time is flexible to meet the educational needs, leading to formation of the student. To do this it must all school practices contribute to the training and the pedagogical is a strong ally for this challenge. An educational need contextualized form citizen who can live together, share, cooperate and who has developed a set of knowledge and skills required for their role in society. Within this perspective, this paper proposes an analysis on the organization of school time displayed in the PPPs Municipal School Mário Batista do Nascimento, noting that this organization is focused on human development of the student or just belies the intent to distribute knowledge in a sequential manner and hierarchical. We tried to also understand the role of the manager in the organization, preparation and implementation of PPP in school

Keywords: Education. School time. Democratic Management.

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| SUMÁRIO | |
| 1. INTRODUÇÃO | 11 |
| 2. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR | 12 |
| | 12 |
| 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 17 |
| 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 18 |
| 5. ANEXO..... | 19 |
| PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR MÁRIO BATISTA DO NASCIMENTO | 19 |

1. INTRODUÇÃO

A adequada organização do tempo escolar contribui para a aprendizagem dos alunos em diversos âmbitos: sociais, afetivos, cognitivos. Sabemos que para uma formação integral dos alunos as informações recebidas no cotidiano escolar serão fontes importantes na sua atuação em sociedade, afinal a socialização que acontece no espaço educacional enriquece a vivência das crianças. É nessa perspectiva que a Escola Municipal Dr. Mário Batista do Nascimento, está buscando desenvolver seu trabalho e construir seu Projeto Político Pedagógico (PPP).

Localizada no município de Ibertioga/MG a escola atende cerca de 330 alunos distribuídos nos anos iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 5º ano). Com um público extremamente diversificado (em termos sócio-econômicos) e onde cerca de 20% de seus alunos são provenientes da zona rural.

Com a elaboração do PPP da instituição, foi necessário refletir sobre a organização do tempo escolar, considerar as experiências já vivenciadas pela equipe pedagógica e levantar várias questões referentes à: cultura das famílias, participação da comunidade e acima de tudo rever como está estruturada a prática pedagógica na escola, de forma a cumprir a missão de formar cidadãos competentes e inseridos em sua cultura. Com isso verificamos que a organização do tempo é fundamental para uma aprendizagem significativa.

Mas quais as estratégias para a organização e melhor distribuição dos tempos escolares? Como fazer com que todos (alunos, professores, gestores e comunidade) participem desse processo?

Na busca por respostas a esses questionamentos, o presente estudo visa analisar a proposta de organização temporal da E. M. “Dr. Mário Batista do Nascimento” elucidada no PPP e refletir sobre a atuação do gestor nesse processo de organização.

2. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR

O tempo escolar é, portanto, um tempo pessoal institucional e organizado, podendo ser considerado como um poderoso instrumento no processo educativo, já que, nele, a aprendizagem e a história podem ser compreendidas não só como um processo de seleções e opções, de ganhos e perdas, mas sim, como um processo de avanços e progressos; um tempo construído social e culturalmente. (BARELLA e KURPIEL, 2008, s.p.)

Com o decorrer dos anos, a escola sofreu várias transformações. Foram aparecendo propostas que estimularam a mudança dos princípios que regem a organização dos espaços e tempos da escola. Desde o século XVIII e XIX, até meados do século XX a escola foi submetida à mudanças nos métodos de ensino e começaram a surgir novos paradigmas envolvendo a prática escolar, as formas de avaliação e a organização dos tempos escolares, o que provocou reflexões sobre a necessidade de se construir um novo profissional, uma nova escola voltada para o direito dos educandos. (FREITAS, 2004)

O sistema de seriação começa a ser confrontado como o sistema de progressão continuada e de ciclos, apontando caminhos para uma outra lógica temporal.

Consequentemente o tempo escolar é organizado em fluxos mais flexíveis, mais longos e mais atentos às múltiplas dimensões da formação dos sujeitos socioculturais. Redefinem-se critérios do que seja precedente, do que seja aprovável – reprovável, fracasso – sucesso no direito à educação e à cultura básicas. Redefine-se a estrutura seriada que é superada na estrutura por ciclos de idades homogêneas de formação: Ciclos de Formação. (BELO HORIZONTE, 1994, p. 15-16)

Diferente da concepção acima, a organização seriada é rígida e sua missão é repassar conhecimentos, o trabalho docente gira em torno da diversidade das disciplinas, onde o educando deverá aprender todo o conteúdo preparado para aquela série e apresentar resultados quantitativos nas avaliações para prosseguir seus estudos. Nesse tipo de organização, infelizmente o aluno estuda apenas para ter nota. É necessário rever essa prática quantitativa e se apropriar do que realmente é importante: a construção do conhecimento pelo aluno.

Já na organização escolar por ciclos um dos maiores objetivos é a formação humana do educando, onde o educador acolhe toda a bagagem cultural trazida pelo aluno e utiliza esses conhecimentos para se orientar e trabalha desenvolvendo práticas educativas que privilegiem o qualitativo. A forma de avaliar é muito dinâmica, pois considera o desenvolvimento do aluno num todo e a interação com os seus pares. (FREITAS, 2004)

Sabendo que (re) organizar os tempos escolares altera o trabalho e as concepções pedagógicas e tendo consciência da dimensão da responsabilidade profissional que esta (re) organização implica, a Escola M. Dr Mário Batista do Nascimento optou pela organização em séries e ciclos. Dessa forma a escola conta com a modalidade de Ensino Fundamental sendo: ciclo inicial de alfabetização (1º, 2º e 3º anos) e o regime seriado no 4º ano e 5º ano. O sistema de ciclos fora adotado apenas nos três anos iniciais.

A escola funciona no 1º e 2º turnos, seu calendário está estruturado de modo a oferecer uma carga horária de 800 horas distribuídas em 200 dias de efetivo trabalho escolar. A estrutura curricular está distribuída em quatro bimestres com carga horária diária de 4 horas/aula e 20 minutos destinados ao recreio.

É importante considerar que as decisões acerca da organização dos tempos devem ser construídas e renovadas, daí a importância da elaboração coletiva e implementação do Projeto Político Pedagógico, para que a partir das práticas, concepções e também das dúvidas e anseios de cada segmento, possa se fazer uma leitura coletiva dos resultados da organização que foi proposta.

Nessa perspectiva faz-se necessário colocar em pauta algumas questões: o que mudou após a escolha feita? Será que a escola apesar de adotar o Ciclo Inicial de alfabetização não continua mantendo a mesma organização fragmentada do conhecimento escolar? É em torno deste questionamento que foi desenvolvido este trabalho, tentando indicar algumas das possibilidades de mudança frente aos desafios colocados na atualidade para a educação escolar, sobretudo no que se refere à organização dos tempos e espaços escolares: a organização em séries e ciclos.

Para entender como tem sido o sistema de ciclos na instituição faz-se necessário perceber como são elaborados os planejamentos, a organização dos alunos por idade

em cada etapa, quais as formas de avaliação dos educandos e, sobretudo se a instituição estrutura sua proposta tendo como foco à formação humana e cidadã.

O nosso maior desafio está na mudança que os tempos atuais exigem da escola, na qual deve-se desenvolver uma ação mais ampla do que a de repassar conhecimentos e desenvolver habilidades. Tendo em vista essa concepção, na Escola Municipal Dr. Mário Batista do Nascimento são propiciados momentos em que as professoras se encontram para trocarem informações, planejar e elaborar projetos e atividades que serão realizadas em sala de aula. O planejamento é um norteador na organização do processo de trabalho a ser desenvolvido no ano letivo, em cada turma.

Os planejamentos são feitos com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Guias do professor alfabetizador, Cadernos da Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais, considerando as características de cada turma. O planejamento é elaborado coletivamente com orientação e participação da equipe pedagógica e dos gestores e os encontros são realizados bimestralmente.

Contudo apesar dos profissionais da Escola tentarem mudar a organização da ação escolar para que se construa um processo educativo mais efetivo, com capacidade formativa mais ampla do que o simples repasse de conteúdos, percebe-se ainda uma preocupação em quantificar e qualificar a aquisição dos conhecimentos repassados, o que pode ser traduzido através das avaliações bimestrais e da distribuição de conteúdos ao longo do ano letivo numa sequência, por semestres, bimestres, semana, dia, conforme estabelecido no PPP.

É preciso pensar que para alterar a organização do tempo escolar algumas mudanças são necessárias e isto requer aperfeiçoamento, inovação, quebra de paradigmas, dedicação e, sobretudo, tempo. É uma tarefa árdua, pois os educadores precisam se desprenderem de atitudes enraizadas, construindo coletivamente novas propostas mais voltadas para o educando, preocupando com seu desenvolvimento total. É com essa preocupação que emerge a decisão de organizar as turmas e os alunos em ciclos de formação.

Segundo Franco (2004) em 2002 o censo escolar nacional indicava a existência de 82% de escolas organizadas em séries, 10,9% organizadas unicamente em ciclos e 8,5% organizadas em séries e ciclos. No melhor dos casos, a progressão continuada os ciclos somam 19,4% das escolas do país. Para este autor, 80% das matrículas ainda estão no regime seriado (p. 37). Mesmo somando-se progressão continuada e ciclo, a amplitude destas duas novas modalidades de organização pedagógica da escola fundamental ainda é pequena. (FRANCO apud FREITAS, 2004, p.3)

Foi possível perceber no PPP da escola, que a mesma ainda não conseguiu abolir de vez a organização em séries e a fragmentação dos conteúdos e das disciplinas. Para que isso ocorra é necessário que os profissionais tenham consciência de que devem mudar suas práticas e rever as atitudes tradicionais. Só assim conseguiremos sucesso com nossos alunos deixando de considerá-los como um depósito que só recebe informações e parando de rotulá-los como mais ou menos capazes (estabelecendo notas e pontos). Para mudar essa lógica de pensamento, muitas instituições estão optando pela formação em ciclos.

Bertagna (2003) ao descrever a concepção de progressão continuada do Estado de São Paulo, afirma que:

A progressão continuada permite uma nova forma de organização escolar, conseqüentemente, uma outra concepção de avaliação. Se antes aprovava-se/reprovava-se ao final de cada série, agora se espera que a escola encontre diferentes formas de ensinar que assegurem a aprendizagem dos alunos e o seu progresso intra e inter-ciclos” (p. 79). (...) A denominação progressão continuada foi adotada, como enfatizam diversos textos oficiais, porque extrapola a compreensão da aprovação automática no sentido apenas de implementação de uma norma administrativa, mas contempla o aspecto pedagógico, a crença de que toda criança é capaz de aprender. Então, sempre ocorrerá progresso de aprendizagem mesmo que em níveis diferentes. Arelada a essa concepção está o respeito ao ritmo de aprendizagem dos alunos. Cada qual tem o direito de se desenvolver no seu ritmo natural e a escola, portanto, deve garantir a aprendizagem do aluno. (BERTAGNA, 2003, p. 81).

O mais importante é entender que todo conhecimento construído e assimilado pelo educando deve favorecer sua formação humana. O aluno não tem a preocupação de ser reprovado ao final de cada etapa e terá mais oportunidades de aprender o que não foi assimilado. A equipe pedagógica tem mais chances de procurar estratégias para sanar as dificuldades encontradas pelos educandos, buscando atividades para atender as diferenças individuais.

Já no sistema de ensino por séries, os rótulos que nossos alunos recebem por não entenderem os conteúdos trabalhados, dificultam ainda mais a aprendizagem. Na escola Dr. Mário Batista do Nascimento, o ciclo inicial de alfabetização (1º, 2º e 3º anos) ainda precisa de avanços, os profissionais buscam, questionam mais ainda precisam se desprenderem de conceitos antigos para aderirem e realmente trabalharem com uma proposta efetiva de ciclos. Não existem ciclos de formação se a organização dos tempos, dos espaços e das formas de avaliação dos alunos se mantiver de acordo com o proposto pela seriação.

Ainda há muitas divergências no entendimento de como colocar em prática essa nova organização temporal, a preocupação em dar conta dos conteúdos é um grande dilema que ainda não foi sanado. A formação docente ainda é precária e há poucos incentivos para a continuidade dos estudos e a própria escola carece de espaços de discussão coletiva para entender e se apropriar dessa nova proposta.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das tarefas mais complexas da equipe pedagógica e dos gestores é organizar os espaços, os tempos e o trabalho dos profissionais de modo a refletir sobre as diferentes propostas pedagógicas. Ao se dispor em reorganizar o tempo na escola a preocupação está em oferecer aos alunos recursos adequados para pensar, agir e interagir com o conhecimento e com a vida. Dalben (2009) em seu estudo sobre os ciclos de formação como alternativa para a inclusão escolar, salienta que:

Para o professor, as possibilidades de flexibilização curricular oferecidas pelos ciclos e a ação pedagógica norteadas pelo desenvolvimento do aluno são os principais aspectos positivos dessa concepção de organização. No entanto, repetem sempre sentir falta de uma orientação curricular básica mais explícita. Afinal, como organizar o ensino e ter certeza de que se está no caminho certo? (DALBEN, 2009, p.67)

Nesse processo o docente precisa levar em consideração o ritmo de desenvolvimento dos educandos, suas diferentes limitações e o grau de atenção/concentração dos alunos. A partir destes pressupostos os educadores devem organizar as suas práticas, refletir sobre a capacidade de aprendizagem dos alunos e organizar grupos de trabalhos flexíveis.

Podemos concluir ao analisar o PPP, que essa ainda não é uma realidade da E. M. Dr. Mário Batista do Nascimento, que mesmo tendo começado a organizar os tempos dos alunos por ciclos de formação a prática pedagógica ainda gira em torno da fragmentação dos conhecimentos e de resultados quantitativos.

Acreditamos que essa realidade só será modificada quando gestores, equipe pedagógica e comunidade escolar comecem a dialogar entre si e sobre a necessidade de mudança na instituição, de modo que todos possam entender que o tempo é um aspecto importante na vida de uma escola e sua organização interfere no processo de ensino/aprendizagem.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELO HORIZONTE. PREFEITURA MUNICIPAL. **Escola Plural**: rede municipal de educação de Belo Horizonte. Belo Horizonte: PBH, 1994.

BARELLA, Dinair M. e KURPIEL, Vera Terezinha M. Organização do Tempo Escolar, Inovação e Modernidade. **ANAIS DO I SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO PARANÁ: ESCOLA DE GOVERNO E UNIVERSIDADES ESTADUAIS**. Paraná, 31 de julho e 1º de agosto de 2008.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília-DF. Junho, 2005.

DALBEN, Ângela I. L. de Freitas. Os ciclos de formação como alternativa para a inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14 n. 40 jan./abr. 2009

FREITAS, Luis Carlos de. Ciclo ou séries? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola? In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 27, 2004. Caxambu. **Anais eletrônicos**.. Caxambu, 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 10 out. 2010.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Dr. Mário Batista do Nascimento. Ibertioga, 2010. 23p.

VASCONCELLOS, C. dos S. Ciclos de formação: um horizonte libertador para a escola no 3º milênio. **Revista de Educação AEC**, Brasília, v.28, n.111, p.83-95, abr. -jun.2002

5. ANEXO

**Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Doutor Mário Batista do
Nascimento**



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
PV – PROJETO VIVENCIAL**

**PROJETO POLÍTICO – PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL “DR. MÁRIO
BATISTA DO NASCIMENTO”**

**ANETE CRISTINA DE PAULA
LUIZA BERNADETE A. RODRIGUES CAMPOS
MARIA MADALENA FAGUNDES
MINERVINA APARECIDA DA SILVA CHAGAS**

TURMA 07 – PÓLO: BELO HORIZONTE

**IBERTIOGAMG
2010**



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO – ESCOLA MUNICIPAL “DR. MÁRIO BATISTA DO NASCIMENTO”

PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO APRESENTADO AOS COORDENADORES DA SALA AMBIENTE PROJETO VIVENCIAL DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS COMO ATIVIDADE OBRIGATÓRIA, SOB ORIENTAÇÃO DA PROFESSORA ASSISTENTE ELIANDRA DA COSTA MENDES.

**IBERTIOGA/MG
2010**

1. INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Dr. Mário Batista do Nascimento está localizada na Praça Santo Antônio, nº 28, Centro, em Ibertioga MG. Sua história começa na remota década de 20, quando o terreno onde está construída foi doado ao Estado de Minas Gerais pela Câmara Municipal de Barbacena, em 21/06/1928, quando Ibertioga ainda pertencia a esse município. Na época era dirigida pelo Sr. Nestor Rodrigues Pereira, Inspetor Escolar, nomeado pelo então Governador do estado de Minas Gerais. Em 16 de março de 1931 o Sr. Nestor Rodrigues Pereira deu posse à primeira Diretora das Escolas Reunidas de Ibertioga, a professora Josefina Antunes de Oliveira. Em 23/11/1954 passou a denominar Grupo Escolar “Santo Antônio”, o prédio foi ampliado em 1961 e em 06/07/1974, conforme a Resolução nº 810174 recebeu o nome de Escola Estadual “Santo Antonio”.

Mas, também, havia outro prédio escolar, o “Ginásio Ibertioga”, o qual pertencia ao município e abrigava turmas de 5ª a 8ª séries e ensino médio e que mais tarde recebeu o nome de Escola Municipal “Dr. Mário Batista do Nascimento” em homenagem ao primeiro diretor de turmas de 5ª a 8ª séries existentes no município.

Em 1998, através da Resolução SSE nº 8708/98 foi autorizada a municipalização das turmas de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental, conforme Decreto Municipal nº 426 de 11/12/1997. Após a municipalização, houve um acordo entre o estado e o município e os prédios foram trocados e a Escola Municipal Dr. Mário Batista do Nascimento passou a funcionar onde antes funcionava a Escola Estadual “Santo Antônio” e assim as histórias das duas escolas se entrelaçam e se completam.

Atualmente a Escola Municipal “Dr. Mário Batista do Nascimento” recebe alunos moradores de diferentes bairros e, também, da zona rural, os quais possuem níveis sócio-econômicos diferenciados. A escola está inserida em uma cidade pequena (aproximadamente sete mil habitantes) que não possui indústrias, cuja principal fonte de renda é a agricultura e a pecuária. A prefeitura municipal é a principal instituição a oferecer empregos. A referida escola oferece o Ensino Fundamental - anos iniciais, tendo a seguinte modalidade de ensino: Ciclo Inicial de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos) e

Regime Anual (4^o e 5^o anos). São atendidos 328 alunos, sendo 20% oriundos da zona rural. A escola funciona em dois turnos: 1^o e 2^o, possui 17 turmas, uma sala onde funcionam grupos de estudos, tendo 22 professoras, uma diretora, duas coordenadoras e uma vice-diretora.

Partindo do princípio que o Projeto Político Pedagógico é um instrumento que nos permite definir as ações educativas a serem desenvolvidas, visando alcançar os objetivos propostos, o qual implica em trabalho coletivo e participativo, envolvendo reflexão, direcionamento da intencionalidade das ações, comprometimento e avaliação, estamos em processo de reformulação do Projeto Político Pedagógico da nossa escola, uma vez que o projeto que existia não explicitava de forma clara e articulada as ações e intenções dos envolvidos, não havendo um compromisso definido e assumindo coletivamente, pois a construção do referido projeto não contou com a efetiva participação dos envolvidos no contexto educacional da instituição, o que o transformou em um documento burocrático e formal.

Um pouco sobre o nosso PPP

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que se quer realizar. É um instrumento teórico – metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (VASCONCELLOS, 2002, p. 169).

De modo a fortalecer a construção do PPP e a participação coletiva, recentemente, criou-se o Conselho Municipal o que vem possibilitando uma maior aproximação entre os diversos segmentos da escola e permitindo a participação dos envolvidos no processo educativo, principalmente em relação às famílias.

A integração entre a equipe pedagógica e comunidade local em torno das metas e ações propostas é um desafio que precisamos vencer, são vários os fatores que podem ser citados para justificar esta situação: falta de tempo, a prática enraizada do trabalho

individual, comodismo, receio de assumir compromissos, entre outros. Trabalhar coletivamente é algo inovador, exige mudança de concepções, de postura e demanda reflexão e tempo. Por isso, uma das formas encontradas principalmente para incentivar e assegurar a participação de todos os envolvidos foi a criação de uma equipe para mobilização da construção do PPP, dentro da escola. A qual, juntamente com o gestor e conselho escolar, formam um elo entre os diversos segmentos, proporcionando a troca de informações e a canalização dos esforços para que possamos encaminhar nossas ações para mudar nossa realidade e assim tornar possível a participação das pessoas, o que significa maior comprometimento das mesmas com os resultados obtidos pela escola e com o êxito das ações realizadas por cada um.

2. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

Amparada pelos princípios e fins da Educação sob a lei 9394/96 Lei das diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Escola M. Dr. Mário Batista do Nascimento tem como finalidade oferecer um ensino de qualidade aos alunos, visando o pleno desenvolvimento do educando e preparando-o para o exercício da cidadania. As finalidades estão centradas numa educação emancipatória com ênfase na dimensão social, cultural e humana favorecendo a formação do indivíduo pleno e atuante socialmente.

A escola se adequou desde 2006 à lei que torna o ensino fundamental obrigatório, com duração de 09 anos, onde o aluno inicia seus estudos com 06 anos no 1º ano do Ensino Fundamental (Lei 11.274/2006). Também atende a alunos com necessidades especiais na sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno, aporado pelo decreto de nº6. 571/08. Todavia a escola procura desenvolver ações que relacionam com a política educacional vigente, associando conhecimentos escolares, sociais e culturais.

Procuramos realizar uma gestão descentralizada com o apoio de toda a comunidade escolar, conselhos e sociedade buscando desenvolver as habilidades em leitura escrita, cálculo, a compreensão de espaço, formação de valores e atitudes, conhecimento político e tecnológico para se viver em sociedade com um cidadão pleno.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Escola Municipal Dr. Mário Batista do Nascimento funciona em dois turnos, manhã e tarde. No turno da manhã com 8 turmas e 154 alunos e no turno da tarde com 9 turmas e 174 alunos em um total de 328 alunos. Acontece no contra-turno o grupo de estudos, direcionados aos alunos que possuem algum tipo de dificuldade no processo ensino-aprendizagem.

Com base no decreto nº 6.571 de 17/09/2008, da Secretaria de educação Especial do Ministério da educação, o município oferece o Atendimento educacional Especializado no contra turno, tendo um professor de AEE e um professor formado em Língua Portuguesa que, também possui curso de Libras. O município conta, ainda, com a parceria de fonoaudiólogo, fisioterapeuta, nutricionista, psicólogo e outros que atendem aos alunos.

A matrícula dos alunos é feita por séries, em ciclos nos tempos previstos no calendário escolar, observadas as exigências legais. Em casos excepcionais, a critério do diretor, poderão ser aceitas matrículas, fora do período previsto no calendário escolar.

Na nossa escola, a enturmação dos educandos é uma ferramenta usada sempre a favor do aluno. As turmas são heterogêneas, pois colocar em uma mesma turma, alunos em níveis diferentes de aprendizagem, possibilita ao educando mais desenvolvido se fortalecer, enquanto ajuda seu colega, e possibilita ao aluno com menor aprendizagem, numa linguagem de igual para igual, aprender o que ainda não foi aprendido. O número de alunos por turma é variável, se uma determinada turma houver aluno com algum tipo de deficiência, a mesma será menor, para propiciar ao educando um ensino de qualidade e significativo.

A ação didático-pedagógica acontece através de reuniões pedagógicas para a elaboração do planejamento bimestral, projetos e seqüência de atividades de acordo com as necessidades do educando. No calendário da escola constam festas, eventos e comemorações, tais como: aniversário da cidade, Páscoa, Dia das Mães, Festa Junina, Dia dos pais, Independência do Brasil, Semana da Criança e festa que valorizam a cultura local, congado e moçambique. Estas atividades nortearão parte das ações escolares no

decorrer do ano letivo, trazendo para o interior da instituição a família e a comunidade em que a mesma está inserida.

INFRA-ESTRUTURA

A Escola conta com um total de seis (seis) salas de aula, a saber: sala nº 01, 49m², sala nº 2, 49 m², sala nº3, 41m², sala nº4, 41 m², sala nº5, 53 m², sala nº6, 33 m², um banheiro para professores com 2,23 m², um banheiro masculino para alunos com 7,95 m², e um banheiro feminino para alunas com 7,75 m², uma cozinha com 11,20 m², uma dispensa com 5,46 m², um pátio com 197 m² descoberto para área de lazer.

Para complementar o atendimento aos alunos contamos com cinco salas em anexo assim discriminadas: duas salas de aula com 35 m², cada, uma sala para o grupo de estudos com 18 m², localizadas na Praça Santo Antônio nº 28. E duas salas de aula: com 3,55 x 3,08 m e 4,30 X 3,10 na Praça Santo Antônio nº248.

As salas são espaçosas permitindo boa locomoção, piso lavável e antiderrapante, paredes de cor clara; boa luminosidade, instalação elétrica adequada para o uso de equipamentos especializados; mobiliário básico de acordo com as necessidades de cada educando contribuindo assim para o bom desenvolvimento de atividades psicomotoras e de fácil acessibilidade através de rampas.

“O espaço físico não apenas contribui para a realização da educação, mas é em si uma forma silenciosa de educar”. Como afirma FRAGO e ESCOLANO (1998, p. 69), referindo-se ao espaço escolar, e afirmando que “este não é apenas um cenário onde se desenvolve a educação, mas sim uma forma silenciosa de ensino”.

O quadro de funcionários é composto por:

- 01 Diretora;
- 01 Vice-diretora;
- 01 Coordenadora de Educação Especial;
- 01 Coordenadora Pedagógica;

- 17 Professoras regentes / 2 eventuais
- 01 Professora de oficina de Literatura Infanto Juvenil (4ª série)
- 01 Professora de Educação Física
- 01 Professora de grupo de estudos
- 01 Secretária Escolar
- 03 Atendentes
- 01 Porteiro
- 11 Cantineiras

Pensar numa organização exige forçosamente pensar nas pessoas que a constituem que trabalham e cooperam na concretização de objetivos comuns e nas relações que se estabelecem. Partindo desta perspectiva, a Escola M. Dr Mário Batista do Nascimento busca definir coletivamente (com todos os profissionais elencados anteriormente) como serão investidos os recursos recebidos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PPDE), visando atender as necessidades reais dos educandos. A realização da prestação de contas dos referidos recursos é feita pelos membros da caixa escolar, a qual faz também o acompanhamento dos recursos financeiros que são oriundos de rifas, festas juninas, barracas, etc. Estes são reconhecidos após cada evento através da prestação de contas fixadas no mural da escola. Estas arrecadações são empregadas em aquisições de materiais pedagógicos.

4. CURRÍCULO

O currículo é um instrumento que norteia as ações educativas da escola, pois a partir dele é que se estabelecem os conteúdos, o ordenamento e sequência destes, a grade curricular e as respectivas disciplinas e cargas horárias. As questões curriculares permeiam os tempos, espaços e relações escolares. É fundamental que o currículo seja organizado pela comunidade escolar, respeitando a especificidade local, visando viabilizar o direito do aluno à educação.

A Escola Municipal Dr. Mário Batista do Nascimento tem sua organização curricular elaborada a partir dos documentos oficiais, como a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Propostas Curriculares estaduais. São nestes documentos que encontramos subsídios para construirmos o currículo formal, o qual nos permitirá planejar os conteúdos e atividades que serão trabalhados em sala de aula.

Assim para o ciclo inicial de alfabetização o trabalho com Língua Portuguesa terá como foco a proposta de definição das capacidades linguísticas a serem desenvolvidas pelos alunos em cada etapa do ciclo enfatizando a alfabetização e o letramento, considerando os eixos: compreensão e valorização da cultura escrita; apropriação do sistema de escrita; leitura, produção de textos escritos e desenvolvimento da oralidade.

Em relação à Matemática os conteúdos englobarão as seguintes habilidades: resolver problemas; lidar com informações numéricas, fazer inferências; fazer cálculos usando as quatro operações; compreender e saber fazer uso das unidades de medida; coletar, organizar e interpretar dados; resolver situações envolvendo raciocínio com operações e análise combinatória; construir o conceito de frações, localizar-se e movimentar-se no espaço, a partir de diferentes pontos de referência; criar e resolver situações que envolvam formas geométricas.

Os conteúdos de História e Geografia serão estabelecidos a partir do local, sendo aprofundados gradativamente: casa (família); escola; bairro; município. Também serão abordadas as relações de convivência e interdependência entre as pessoas e os diferentes grupos sociais, enfocando as diferentes culturas.

Em Ciências da Natureza serão trabalhados os seguintes conteúdos: conhecimento do corpo, higiene corporal e do ambiente, a interdependência entre os seres vivos. Tanto no ciclo de alfabetização quanto no 4º e 5º anos em Literatura será priorizado o trabalho que envolve o prazer da leitura e em artes a observação, o fazer artístico, a criatividade, a expressão de sentimentos e ideias. O Ensino Religioso irá considerar a pluralidade

cultural e as várias dimensões que envolvem os educandos, resgatando valores imprescindíveis para o convívio em sociedade.

Os conteúdos de 4º e 5º anos, também serão trabalhados de maneira significativa para o aluno, possibilitando a este o desenvolvimento de capacidades como: observação, estabelecimento de relações, comunicação (uso de diferentes linguagens) argumentação, dedicação, estimativa, síntese, cálculo e resolução de problemas. Em Matemática, quatro temas nortearão o trabalho: espaço e forma; grandezas e medidas; números e operações e tratamento da informação.

Em Língua Portuguesa o ensino será organizado dando ênfase nas seguintes questões: domínio do uso da língua materna, oral e escrita (tanto para leitura, interpretação e produção de textos); uso dos recursos gramaticais de forma contextualizada e significativa.

Em Ciências serão abordados quatro blocos temáticos: ambiente, ser humano e saúde; recursos tecnológicos; Terra e Universo. Em História o trabalho buscará estabelecer relações entre o presente e o passado, entre o local, o regional, o nacional e o mundial, contextualizando os fatos históricos estudados. O estudo da geografia envolverá as diferentes relações entre campo e cidades, a linguagem cartográfica, transformação da natureza; conhecimento, valorização dos modos de vida de diferentes grupos sociais. Em educação física os conhecimentos serão organizados enfocando: esportes e jogos; atividades rítmicas e expressivas; conhecimentos sobre o corpo. Também serão trabalhados os temas transversais, onde estarão presentes os conteúdos, referentes a conceitos, procedimentos, valores, normas e atitudes.

O foco do currículo será ampliado para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira, incluindo no contexto dos estudos as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes dos asiáticos, além das de raiz africana e européia.

Faz-se necessário ressaltar que a proposta curricular de nossa escola está embasada nas Diretrizes Nacionais e Estaduais, daí a referência feita às disciplinas e seus respectivos conteúdos, o que não significa uma organização fragmentada, pois, serão trabalhadas situações contextualizadas, integrando conhecimentos de diferentes áreas.

De acordo com Perrenoud (2000) competência é a capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiando-se em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles. Nessa perspectiva o currículo deve propiciar aos alunos a vivência de situações diversificadoras, tornando a aprendizagem significativa, permitindo o atendimento às diferenças regionais e às particularidades de cada sala e dos diferentes educandos.

Sendo assim o currículo não está organizado, exclusivamente, ao redor das disciplinas, mas inclui também formas e materiais de ensino diversificados, possibilitando o desenvolvimento de diferentes habilidades intelectuais e de vivências de práticas variadas.

Diante do surgimento das novas tecnologias, a escola precisa colocar as ferramentas digitais a serviço dos conteúdos, promovendo oportunidades significativas de ensino. Para tal é necessário que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) sejam trabalhadas de maneira a instrumentalizar o aluno para enfrentar desafios atuais de aprendizagem. Os jovens são os que mais utilizam as novas tecnologias, mas esse uso tem geralmente, um caráter mais lúdico do que reflexivo.

Em nossa escola, ainda, não foi instalado o laboratório de informática, mas já está acontecendo o curso de Capacitação para 02 funcionárias, as quais repassarão o mesmo para as professoras, para que estas aprendam como utilizar a tecnologia em sala, se familiarizando com o básico do computador e da internet, conhecendo processadores de textos, correio eletrônico e mecanismos de buscas e pesquisas. É fundamental que antes de iniciar o trabalho, o professor se certifique que compreende as funções elementares dos aparelhos e aplicativos que pretende usar na aula. Só a partir daí será possível estabelecer no currículo quais conteúdos, serão mais abordados com a tecnologia e quais aprendizagens serão inseridas.

Considerando o educando como o centro da ação pedagógica, as necessidades e interesses dos alunos deverão ser considerados na organização e desenvolvimento do currículo. Para garantir a articulação de ações que promovam o aprendizado dos alunos são realizadas reuniões bimestrais para elaboração do plano de ensino, organizando o trabalho a ser desenvolvido pelo professor, considerando o resultado das avaliações e as metas definidas para a escola. Também são realizados encontros de educadores para a elaboração de seqüências de atividades, projetos e também é elaborado coletivamente o plano de intervenção pedagógica, o qual parte dos resultados obtidos nas avaliações externas, PROALFA E PROEB.

O currículo é o conjunto de todas as experiências escolares de conhecimentos proporcionadas aos estudantes, portanto se constrói na instituição escolar, nos acordos e conflitos diários no interior dessas instituições.

As políticas curriculares não se resumem apenas aos documentos escritos, mas incluem os processos de planejamento, vivenciados e reconstruídos em múltiplos espaços e por múltiplos sujeitos no corpo social da educação. (LOPES, 2004, p. 111).

5. TEMPO ESCOLAR

O tempo escolar não deve ser rígido e uniforme, mas deve atender as características de cada contexto, pois precisamos de uma escola que possibilite o acesso à cultura e que ofereça principalmente aos alunos menos favorecidos a utilização desse conhecimento, que esses possam enfrentar suas vidas e ter a oportunidade de participar de uma cultura que seu meio social não oferece. Para uma aprendizagem significativa é necessária a disponibilidade para o envolvimento do aluno na aprendizagem como também sentir a necessidade e a vontade de aprender.

Existem experiências de mudança com as quais podemos aprender como desestabilizar o status atual sobre a organização do tempo e do currículo para abrir novos horizontes e perspectivas.

A Escola Municipal “Dr. Mário Batista do Nascimento” conta com a modalidade de Ensino Fundamental (1º ano ao 5º ano), sendo: ciclo inicial de alfabetização (1º, 2º e 3º anos) e regime anual (4º ano e 5ª série). A escola atende 80% de alunos da zona urbana e 20% de zona rural, funcionando em 2 turnos, sendo 1º e 2º turnos. Contamos com uma carga horária de trabalho que são de 800 horas distribuídas por um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar. São quatro bimestres com carga horária de 4 horas/aula. A permanência dos alunos na escola por dia é de 4 horas e 20 minutos, sendo que os 20 minutos são utilizados para o recreio.

O planejamento é um guia na organização do processo de trabalho a ser desenvolvido no ano letivo, em cada turma e em cada disciplina específica. Os planejamentos realizados em nossa instituição são feitos com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) guias do professor alfabetizador, cadernos da Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG) elaborados pelo Ceale e nas Diretrizes Curriculares Nacionais. É importante lembrar que cada professor considere as características de cada turma. Pensando em cada um de nossos alunos o planejamento é elaborado coletivamente com orientação e apoio dos especialistas e os encontros são realizados bimestralmente.

Também existem momentos que propiciam a troca de informações, em que as professoras se encontram para planejar e elaborar projetos e atividades que serão realizadas em sala de aula. Estes momentos são realizados de acordo com as necessidades e sugestões das educadoras. Recentemente terminou o curso de Formação continuada para docentes voltada para o trabalho com conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) através da Plataforma Paulo Freire está disponibilizando em 2010 cursos de formação continuada a distância (EAD) e alguns professores já iniciaram este curso. Também está acontecendo no município o curso de Libras e vários profissionais estão frequentando. Os cursos de Formação Continuada na modalidade semi-presencial acontecem no contra-turno do trabalho.

6. PROCESSOS DE DECISÃO

O processo de decisão é realizado com a participação coletiva da comunidade escolar, pois zelar pelas relações internas da escola e pela relação permanente com os pais e a comunidade é imprescindível para tornar a gestão democrática. O que permite promover o trabalho compartilhado, considerando os direitos, deveres e responsabilidades de cada um e, ainda, as atribuições de cada cargo-função.

É fundamental a participação da família no processo de aprendizagem, mas para que estes participem das reuniões e atendam as solicitações da escola é necessário promover situações de real interesse dos mesmos, criando espaços para que esta participação aconteça na elaboração e tomada de decisões sobre as ações a serem desenvolvidas. É primordial haver um constante contato entre escola/família e comunidade para garantir a participação nas reuniões de pais, de professores, de especialistas e demais funcionários que constituem o instrumento de integração dos diferentes segmentos.

Tudo que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola e dentro dela, no sentido de participarem de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente. (Paulo Freire, sd)

Para realizar uma gestão democrática é preciso acreditar que coletivamente todos podem encontrar caminhos que atendam os anseios da comunidade escolar. Cabe ao gestor possibilitar a soma dos esforços e assim alcançar as metas estabelecidas realizando o sonho coletivo: todos os alunos aprendendo.

O processo de participação dos diversos segmentos em nossa escola é mediado pelo gestor, o qual promove a integração entre todos os envolvidos. Contamos com o efetivo trabalho do Conselho Municipal de Educação que permite o diálogo da escola com a comunidade ajudando a vencer o desafio de envolver a família e a comunidade no processo escolar, estabelecendo relações de comprometimento mútuo entre os órgãos internos e externos da escola.

O referido conselho formou-se a partir de reuniões com professores e familiares nas quais foram esclarecidas questões relacionadas à importância, funções e atribuições do conselho. Nestes momentos era oportunizada a manifestação dos presentes interessados em serem conselheiros, dentre os quais foram eleitos os membros (titulares e suplentes).

A secretaria também convidou através de ofício outras instituições para participarem, as quais indicaram seus representantes. Tendo definido a composição, procedeu-se à assembleia de posse do presidente, vice-presidente e secretário. Os conselheiros elaboraram e aprovaram o regimento interno. O Conselho é composto por sete membros titulares igualando ao número de suplentes, dentre os quais se incluirão dois representantes do magistério da rede pública municipal; dois representantes de pais de alunos; dois representantes da comunidade (sociedade civil) e um representante do Departamento Municipal de Educação.

As reuniões são realizadas bimestralmente, mas ainda é necessário que a secretaria solicite dos conselheiros a realização das reuniões para que este órgão colegiado exerça suas atribuições deliberativa, consultiva, mobilizadora e normativa, de forma a assegurar a participação da sociedade civil na construção de diretrizes educacionais e na discussão para definição de políticas para educação municipal.

A falta de formação para conselheiros constitui, ainda, um entrave, pois alguns membros não têm consciência da dimensão do papel que representam e não se dispõem a estudar os problemas, ouvir seus pares e efetivamente representá-los. O município através do Plano de Ações Articuladas (PAR), oferecerá a seus conselheiros uma capacitação através do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pro - Conselho).

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

Cuidar do ambiente de trabalho, sempre no sentido de reforçar positivamente as atitudes e o esforço de cada um, é compromisso da escola. Nosso foco é promover o trabalho

compartilhado num ambiente acolhedor, considerando os direitos, deveres e responsabilidades individuais, de acordo com as atribuições de cada cargo/função.

A formação continuada é uma exigência nas atividades profissionais do mundo atual, nesta perspectiva a escola aderiu ao curso Pro-letramento nas áreas de Alfabetização e Matemática, buscando subsidiar os professores tornando sua prática dinâmica e significativa. Contamos ainda com o curso de Inclusão das mídias digitais oferecendo aos professores os recursos necessários para trabalhar com as Tecnologias da Informação e Comunicação em sala de aula. Também em parceria com a Associação de Apoio aos Surdos (ASSB) de Barbacena – MG está sendo realizado no município o curso de Libras o qual recebeu uma matrícula efetiva dos professores que atuam na escola.

O tempo integral é um processo inovador, que propõe estimular o ensino aprendizagem, exigindo atitudes inovadoras e muita determinação de toda equipe escolar e principalmente professores comprometidos com a prática contribuindo para formação de cidadãos conscientes a exercerem sua cidadania. Em nosso município, ainda não existe uma política voltada para este projeto. Pois é necessário para a implementação deste projeto: ampliação do quadro de funcionários, cursos de aperfeiçoamento, aquisição de equipamentos e materiais didáticos, espaço físico e outros. Sendo assim, no momento, a prioridade é a elaboração e implementação do Plano de Carreira e a melhoria do ensino oferecido aos educandos.

Mais da metade dos professores tem curso superior e de formação continuada. É fornecido em parceria com o Sindicato Rural cursos para cantineiras. Ainda há uma política de cursos para formação de secretaria escolar. O gestor e a coordenação pedagógica estão sempre se atualizando sua participação em cursos de Formação Continuada como Pro Letramento, Congressos, encontros direcionados a educação e estão inseridos no Programa de Formação de Gestores da UFMG.

Através de uma gestão democrática e dinâmica as relações pessoais e interpessoais são bem estruturadas. A equipe administrativa trabalha em parceria com a equipe

pedagógica, apresentando um equilíbrio favorável e propício ao bom funcionamento da escola.

Para que esta harmonia aconteça naturalmente é preciso considerar atitudes relevantes como: chamar as pessoas pelo nome, sendo cordial, lembrar as datas dos aniversários, ser atencioso ao ouvir as pessoas. Quando precisar chamar a atenção, fazendo isso de forma ponderada. Priorizar o trabalho em equipe, destacando os valores e possibilidades de cada um.

Os conflitos são solucionados de forma dialética a fim de propiciar uma reflexão de atitudes que favoreçam a integridade pessoal e do trabalho coletivo. Nessa perspectiva é fundamental a participação da família no processo da aprendizagem, uma interação entre escola e família minimizando os conflitos.

Os pais precisam acompanhar a vida escolar dos filhos, participando das reuniões promovidas pela escola e atendendo a solicitações quando se fizer necessário. A escola e, de modo especial, o especialista deve sensibilizar e incentivar a efetiva participação dos pais, promovendo reuniões de real interesse dos mesmos, criando espaços para essa participação nas ações de planejamentos e de desenvolvimento do currículo e nas decisões a serem tomadas sobre a vida da escola e dos alunos. Nesta perspectiva, nossa escola busca um contato freqüente com a família para que possamos tratar de assuntos sobre a saúde, alimentação, atitudes e o ambiente familiar. Estes contatos acontecem através de reuniões mensais e de forma individualizada, quando necessário, especialmente em caso de baixo desempenho.

Criar na Escola um “clima” educativo, um ambiente agradável e favorável à aprendizagem é outro campo de atuação importante do especialista em educação básica. Inúmeras ações poderão ser desenvolvidas neste campo a partir das necessidades evidenciadas, dos conflitos que surgirem e da criatividade do especialista. Zelar pelas relações internas da escola e pela relação permanente com os pais e a comunidade é tarefa inadiável e fundamental do especialista em conjunto com a direção da escola.

Quando o conflito é entre as crianças, é possível solucioná-lo de uma forma dialética, induzindo a reflexão através de uma conversa informal. Em relação aos conflitos adulto-adulto, é necessário que a direção favoreça um diálogo entre ambas as partes a fim de expor os problemas e resolvê-los.

8. AVALIAÇÃO

“Avaliar significa emitir um juízo de valor sobre a realidade que se questiona, seja propósito de exigências de uma ação que se projetou a se realizar sobre ela, seja o propósito das suas conseqüências.” (PCN, vol. 1 2001, p. 86). Portanto a atividade de avaliação exige critérios claros que orientem a leitura e entendimento dos aspectos a serem avaliados.

Em nossa instituição a avaliação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno

(...) com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; aproveitamento de estudos concluídos com êxito; obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. (BRASIL, 9394/96, art. 24)

A avaliação contínua constitui-se numa prática que permite ao professor acompanhar os processos de aprendizagem do aluno com a finalidade de compreender como esse aluno elabora seu conhecimento. Nessa abordagem, a preocupação não é registrar os fracassos e sucessos do aluno mediante notas ou conceitos, mas entender o significado do seu desempenho para fazer ajustes no processo ensino-aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases também se refere à avaliação sistêmica. Esse tipo de avaliação é desenvolvida por diferentes sistemas de ensino no país e tem por finalidades

subsidiar políticas e programas na área educacional. Diante das diferentes formas de avaliar os educandos, a Escola Municipal Dr. Mário Batista do Nascimento adota como critério de avaliação prevalecendo a avaliação contínua, onde se valoriza as habilidades dos alunos e seus conhecimentos que já trazem por sua cultura acrescido das competências adquiridas. Participa também dos programas da avaliação sistêmica como Proalfa, Proeb e Prova Brasil e Provinha Brasil. Tais avaliações consideram:

[...] processo contínuo que se preocupa com o “para onde ir” e quais as maneiras adequadas para se chegar “lá” tendo em vista a situação presente e possibilidades futuras, para o desenvolvimento da educação atenda tanto as necessidades da sociedade, quanto as do indivíduo (PARRA apud SANTANA et al., 1995, p.14).

Para verificar se está havendo uma aprendizagem significativa, são realizadas reuniões de planejamento bimestrais e acompanhamento diário dos especialistas através de observação em sala de aula e do caderno do aluno. E se preciso for é feita uma intervenção pedagógica para sanar as dificuldades do aluno e orientar o professor.

A avaliação se constitui em processo de busca de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar as tomadas de decisões quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar. Como tal, a avaliação compreende a descrição de prioridades a serem implementadas e rumos a serem seguidos, tendo como referências os princípios e as finalidades estabelecidos no Projeto de escola, ao mesmo tempo em que subsidia a sua própria redefinição. (SOUSA, 1997, p.63).

Nessa perspectiva faz-se necessário repensar as várias dimensões e práticas avaliativas, ampliando a abrangência da avaliação considerando que o desempenho do aluno deve ser analisado dentro do contexto escolar. Sendo assim, é preciso avaliar a escola em sua totalidade: práticas pedagógicas, atuação dos professores, gestores e demais sujeitos envolvidos no processo escolar e infra-estrutura. Para tal torna-se fundamental a construção coletiva e participativa do Projeto e a efetiva atuação dos conselhos. Para que a avaliação seja feita de forma coletiva e significativa e contribua para a melhoria da qualidade da educação, e é um processo longo uma vez que envolve mudanças de concepção e de postura.

Atualmente estamos iniciando a discussão sobre a avaliação da organização e da dinâmica da nossa escola, ainda, é muito presente a preocupação em avaliar somente os conhecimentos que os alunos possuem e ainda estamos vivenciando um novo momento:

a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico. Pretendemos discutir e analisar os resultados alcançados pela escola, contextualizando-os as práticas e funções de cada envolvido. Precisamos enfrentar juntos este novo desafio, adotando procedimentos de auto avaliação e de avaliação conjunta, onde coletivamente serão repensadas as ações e atitudes adotadas buscando redirecionar o trabalho quando isto se fizer necessário a fim de construir processo de relações educacionais e sociais democráticos.

Os critérios de avaliação não são estabelecidos de modo dissociado das posições, crenças, visões de mundo e práticas sociais de quem os concebe, mas emergem de perspectiva filosófica, social e política de quem faz o julgamento e dela são expressão. Assim, os enfoques e critérios assumidos em processo avaliativo revelam as opções axiológicas dos que dele participam. (SOUSA, 1997, p.127)

9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília-DF. Junho, 2005.

_____. **Decreto No 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado.

_____. **Lei nº 11.274/2006**, de 06 de fevereiro de 2006. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **ORNÁRIA**

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática Ciências Naturais História e Geografia, Arte, Educação Física, Temas transversais e Ética, Meio Ambiente, e Saúde, Pluralidade Cultural e orientação Sexual.**

FRAGO, Antonio Vinão; ESCOLANO, Augustin. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. 2ª edição. Rio de Janeiro. DP& A, 1998. p 152.

LOPES, A. C. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo; 2004n. 26, pp. 109-118.

PERRENOUD, P. **Novas competências para ensinar.** Porto Alegre, Artes Médicas, 2000.

SANT'ANNA, F. M.; ENRICONE, D.; ANDRÉ, L.; TURRA, C. M. **Planejamento de ensino e avaliação.** 11. ed. Porto Alegre: Sagra / DC Luzzatto, 1995.

SOUSA, Sandra M. Zákia L. **Avaliação institucional:** elementos para discussão. 1997. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 24/09/2010.